



Formação Docente no Mundo em Redes: a competência didática e pedagógica no uso de novas tecnologias da informação e comunicação

JÚLIO CÉSAR ROCHA DA SILVA
GLÉYSE SANTOS SANTANA
VALÉRIA APARECIDA BARI

EIXO: 14. TECNOLOGIA, MÍDIAS E EDUCAÇÃO

Resumo

O presente artigo reflete sobre a formação didática e pedagógica de professores dentro do contexto da sociedade em rede, entendendo que no contexto contemporâneo o professor precisa desenvolver competências quanto ao uso de NTIC para inovar sua profissão e, ao mesmo tempo, contribuir com as habilidades cognitivas do aluno. Para tanto, faz um panorama sobre a informatização da educação no Brasil e em Sergipe, bem demonstra como se desenvolveu o processo da formação de professores dentro deste contexto. Por fim, analisa a grade curricular dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Sergipe, relatando quais cursos possuem disciplinas voltadas para a formação didática e pedagógica com NTIC.

Palavras chave: Formação de Professores, Novas Tecnologias da Informação e Comunicação, Informatização da Educação

Abstract

This article reflects on the didactic and pedagogical training of teachers within the network society context, understanding that in the contemporary context the teacher must develop skills in the use of New Information Technologies and Communication (NITC) to innovate their profession and at the while contributing to the cognitive skills of the student. Therefore, it makes an overview of the computerization of education in Brazil and Sergipe and shows how it developed the process of teacher education in this context. Finally, it analyzes the curriculum of the degree courses of the Federal University of Sergipe, reporting what courses disciplines have focused on educational and pedagogical training with NITC.

Key words: Teacher Education, New Information and Communication Technologies, Informatization of Education

1. Introdução

A preocupação didática e pedagógica são atividades inerentes ao processo de ensino e aprendizagem. Toda educação, nas suas várias modalidades, ministra essa díade antes mesmo dela ser uma preocupação profissional e eixos do ramo científico educacional. Transmitir conhecimento sempre foi algo que coadunava uma reflexão com as forma de como se orientar e capacitar pessoas, pois socializar pessoas é, antes de tudo, educá-las.

Neste processo, como referenda Durkheim (2013), a educação sempre é gerida por uma função específica – preparar a nova geração. Isto significa dizer que a educação, nas suas diversas formas e em qualquer sociedade, tem como figura central nesse processo um adulto – seja ele professor, profissional, especialista, pais ou qualquer indivíduo que tenha conhecimentos sobre a capacitação física, intelectual e moral que sua sociedade requer. Portanto, a relação

com facilitadores e a possibilidade de aprender são constantes.

Regularidade não significa estagnação. A educação, seguindo ao ritmo das transformações sociais, inova-se, recria-se, desmistifica-se e imbuí-se de novas potencialidades. Ou seja, mudam-se os aparatos técnicos, mudam-se as perspectivas políticas, ocasionalmente mudarão as formas didático e pedagógica que a educação utilizará. Ora contribui com novas formas de pensar, ora contribui com a contracultura dos visionários de uma nova sociedade, ora ela forma especialistas/técnicos ou mesmo, abarca todas essas funções.

Esta inovação educacional vem passando por mais um desafio. Hoje a sociedade em que vivemos encontra-se no cenário do título do livro de Manuel Castell – A Sociedade em Rede. Nunca a informação e a comunicação viveram em um fluxo constante como hoje. A difusão da informação e a necessidade incessante de atividades cognitivas também cresceram e mudaram numa velocidade vertiginosa. Desde as relações econômicas internacionais ao pagamento de compras em um supermercado, a intermediação tecnológica se faz presente. O mundo virtual/eletrônico, conectado em redes, é uma nova realidade.

Nesse sentido, a escola, mas em específico os professores, precisam se “conectar”. Esta exigência é fruto do contexto em que vivemos. Nele, como destaca Perrenoud (2000), as figuras principais do processo sócio-educativo, as crianças, nascem em uma cultura do “clic”. Como se destacou, muitas ações cotidianas são intermediadas tecnologicamente e requerem comandos através de toques, leituras digitais e cada vez mais, digitações na web. Em suma, a tecnologia e o processo informacional são hoje a principal extensão das relações em sociedade.

Desta forma, a escola e o professor precisam se unir para desenvolver novas competências frente ao público escolar informatizado. É pensando neste desafio que o presente artigo busca analisar, através da literatura, como está o processo de informatização das escolas em Sergipe, e mais detidamente refletir sobre a oferta de disciplinas na grade curricular dos cursos de licenciatura da área de humanas, ofertados pela Universidade Federal de Sergipe, no que tange ao uso didático e pedagógico, na formação dos licenciados, das novas tecnologias de informação e comunicação. Ao fim, baseando-se nas propostas didáticas de Perrenoud (2000), fazer uma reflexão sobre a potencialidade da informática em termos de competência para a vida do discente e de como o uso pedagógico de Novas Tecnologias da Informação e Comunicação devem ser uma opção regular na formação docente.

2. A Experiência no Brasil e em Sergipe das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Desde a década de 1970 que o mundo vem passando por uma nova revolução. A conjuntura advinda desde essa década caracteriza a relação mais íntima entre capitalismo e informação. Se nas outras revoluções industriais o aparato tecnológico estava voltado para a produção, hoje, a revolução tecnológica se concentra principalmente nas tecnologias da informação.

Ao pensar nesse cenário societário atual, Castell (1999) destaca que o modelo econômico mundial remodelou-se. A geopolítica, antes baseada no poderio militar e na capacidade de produzir bens, cada vez mais, vem se tornando multipolar. Não é apenas o poder e a produção quem determina a hegemonia no mundo e nos mercados mundiais, mas sim, aquele que une poder, produção e informação. O mundo, em linhas gerais, e devido a esta penetrabilidade da tecnologia da informação, passou a ser crescentemente interdependente.

E no bojo destas transformações do cenário mundial, a informática é a principal ferramenta. Com isso, não se quer dizer que as novas tecnologias da informação e da comunicação mudaram o mundo, mas sim, denotar que as consequências desse avanço geraram uma nova forma de relação entre a economia, o Estado, a sociedade e o mundo.

O avanço das inovações tecnológicas no setor da informação e da comunicação penetrou todas as esferas da atividade humana. Na economia, na produção, na biomedicina, na química, na educação, entre outras, estamos cercados por aparatos eletrônicos de informática e comunicação que facilitam todas estas atividades, permitido um novo ritmo.

Consequentemente, a vida dos indivíduos está circundada por novos aparatos técnicos que exigem novas competências. Qualquer formação profissional, ou até mesmo o uso diário de aparelhos eletrônicos domésticos, profissionais ou de lazer, estão saindo da era analógica para uma era digital: comando e funções são acionados via *wireless*. Nesse novo cenário, acelerado e informatizado, inserido em um mosaico eletrônico de interfaces de telas digitais, o sujeito precisa se aperfeiçoar para dominar estas tecnologias. Isso não é apenas uma questão que envolve adaptação. Tornou-se uma questão de sobrevivência – o mercado exige profissionais com conhecimentos mínimos de informática e as relações pessoais, em conjunto com a sociabilidade, tornam-se amplamente mediadas por aparelhos informáticos.

O processo de racionalização do mundo, tese de Max Weber (2012) a qual um dos traços característicos do mundo contemporâneo seria a racionalização crescente da ação social, devido ao aumento da racionalidade

instrumental – ação voltada para meio e fins direcionados a maior eficácia possível – e, por via dessa racionalidade um uso maior da dominação burocrática pelo Estado e pelas instituições sociais, é pertinente ao quadro educacional nesse cenário societário contemporâneo. Diante da penetrabilidade da informação e da comunicação nos vários segmentos da sociedade, a educação, ação não reduzida a si, mas sempre uma atividade imbricada com o meio, tende como na acepção weberiana, seguiu o mesmo processo de racionalização. Os espaços burocráticos recrutam sujeitos por meio de avaliações meritocráticas. E no mundo em rede, destaca-se quem se especializa ou domina estes aparatos comunicacionais e informacionais.

Exposto o quadro do contexto contemporâneo informatizado e entendida a necessidade e função as quais a educação vem a responder, caracterizar-se-á o processo informacional que a educação brasileira vem passando desde a década de 1970, período onde o *start* entre capitalismo e informação começou a mudar as relações entre o mundo e as pessoas.

1. Síntese da História da Informática e Educação no Brasil

Acompanhando as transformações no campo informacional encabeçadas nos Estados Unidos desde a época de 1970, o Brasil, inserido no projeto de desenvolvimento industrial do período militar, passa também a construir seus primeiros passos na informática através de políticas públicas. Seguindo ao modelo econômico da época, começa-se a ensejar caminhos educativos para a capacitação profissional da população, já vislumbrando uma mudança significativa no processo de produção. “Buscava-se construir uma base que garantisse uma real capacitação nacional nas atividades de informática, em benefício do desenvolvimento social, político, tecnológico e econômico da sociedade brasileira” (MORAES, p. 01, 1997).

Frente a esta demanda, ocorre o primeiro seminário na USP de São Carlos, no qual se discute o uso de computadores na pesquisa e ensino de Física (MORAES, 1997). Após este primeiro ensejo acadêmico, outros pólos acadêmicos começam a proporcionar pesquisas e discussões em torno da informatização do ensino – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (MORAES, idem).

Dentro deste ritmo de pesquisa e anseio pela informatização da sociedade brasileira, criaram-se órgãos para gerir esse processo:

Desta forma o Governo Brasileiro deu origem à CAPRE - Comissão Coordenadora das Atividades de Processamento Eletrônico, a DIGIBRÁS - Empresa Digital Brasileira e a própria SEI - Secretaria Especial de Informática, que nasceu como órgão executivo do Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República, em plena época da ditadura militar. Este órgão tinha por finalidade regulamentar, supervisionar e fomentar o desenvolvimento e a transição tecnológica do setor. (MORAES, p. 02, 1997)

Era de consenso, segundo Moraes (1997), dentro da própria SEI que a informatização da nação deveria ser traçada dentro do contexto educacional. Portanto, os primeiros trabalhos de pesquisa e desenvolvimento de propostas de formação de professores, construção de *softwares* educativos e análise das potencialidades cognitivas dos aparatos eletrônicos de comunicação e informação foram gestados dentro do espaço acadêmico. Estava-se no processo de entendimento de como usar a informática no âmbito educacional para depois disseminá-la através de cursos formativos.

Assim, a década de 1970 foi o principal momento de reflexão acadêmica em torno do uso da informática. No ano de 1973, dentro da UFRJ, pioneira no uso de computadores, inicia-se em dois centros – Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde (Nutes) e Centro Latino-Americano de Tecnologia Educacional (CLATES) – o uso da informática para a avaliação formativa e simulações laboratoriais. No mesmo ano, a UFRGS utilizava terminais de teletipo e *display* junto aos discentes de física e seu Centro de Processamento de Dados (CPD) desenvolveu um *software* chamado Siscái, voltado para a avaliação de alunos de pós-graduação em Educação. Em 1975, na UNICAMP, o instituto de Matemática, Estatística e Ciências da Computação redigem um documento intitulado *Introdução de Computadores nas Escolas de 2º Grau*. O fruto dessas discussões gerou a busca de parcerias e intercâmbios. Cientistas renomados nos Estados Unidos visitam o Brasil e alguns pesquisadores brasileiros vão fortalecer conhecimentos junto aos Estadunidenses. (ANDRADE; ALBUQUERQUE LIMA, 1993).

Com um arcabouço teórico renovado através do diálogo com a experiência norte americana, criou-se um grupo interdisciplinar na UNICAMP que envolvia áreas da computação, linguística e psicologia educacional. Através da linguagem de programação LOGO1, os pesquisadores passaram a envolver crianças em seus estudos, dentro das

ações de dois programas de mestrado em computação. Ao fim da década de 1970 e início de 1980, as teorias construtivistas de Jean Piaget e Seymour Papet idealizaram a realização de novas propostas educacionais na UFRGS. O Laboratório de Estudos Cognitivos (LEC) e o Instituto de Psicologia desta instituição utilização a linguagem LOGO às crianças de escolas públicas, que apresentavam dificuldades de aprendizagem, leitura, escrita e cálculo. (MORAES, 1997).

As ações governamentais caminharam em conjunto com as pesquisas. Frente aos avanços e crescentes discussões, a SEI, o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) construíram uma equipe intersetorial. Dessa união e impulsionados pelas pesquisas, ocorreu o I Seminário Nacional de Informática na Educação, na Universidade de Brasília (UnB), em 1981, com especialistas nacionais e internacionais. De acordo com Moraes (1997), após o seminário, surgem diversos projetos piloto em universidades a fim de subsidiar futuras políticas nacionais de informatização da educação. Dentre as ações, propunham-se a capacitação nacional e o desenvolvimento de *softwares* educativos.

Ao se entender que a informatização da nação seria balizada pela educação, o MEC, a partir de 1982, tornou-se o principal órgão articulador da criação de instrumentos e mecanismos que possibilitassem estudos e projetos em prol da informatização da educação. Diretrizes ministeriais surgem ao fluxo dos seminários que ocorreram em torno da temática da informática e educação, e medidas para a disseminação da formação de professores e universalização do acesso à informática ganham corpo no decorrer da década de 1980.

Em 1983 surge o projeto EDUCOM, proposta interdisciplinar que se destinava a implantação experimental de centros-piloto voltados à capacitação nacional e coletas de subsídios para ações setoriais e coletivas. Os partícipes gestores do EDUCOM delegaram ao Centro de Informática (CENIFOR) do MEC a responsabilidade de implementar, supervisionar e coordenar o Projeto EDUCOM. A partir desse momento, o MEC passou a ser o principal líder da informatização do país pela educação. Apesar das dificuldades financeiras para subsidiar os centros-piloto espalhados pelas universidades, a produção técnica e científica e a formação de mão de obra especializada em torno do uso da informática na educação foram significativas. (MORAES, 1997).

Seguindo as recomendações propostas pelas pesquisas dos centros-piloto, assessoramentos técnicos são prestados às secretarias estaduais e municipais de educação e programas de cooperação técnica nacional e internacional começam a despontar com a ajuda da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Com o início da queda do governo militar, ocorreram mudanças gerenciais das atividades voltadas à capacitação e formação informacional do país. Mesmo com estas mudanças, os programas de pesquisa não param.

As recomendações para o suporte e subsídio do uso de artefatos tecnológicos, midiáticos e informacionais nas escolas começa a surgir efetivamente no ano de 1986 após a criação do Comitê Assessor de Informática na Educação. Ao construir diretrizes com consultores do projeto EDUCOM, o comitê inicia o Projeto FORMAR – programa destinado à capacitação de profissionais para atuar em diversos centros de informática educativa dos sistemas estaduais e municipais de educação. Dos profissionais da educação que se formaram neste curso, coube a responsabilidade de, junto às secretarias de educação a que pertenciam, fomentar e implantar um Centro de Informática Educativa (Cied). O MEC contribuiria financeiramente com o projeto ao qual o professor formado desenvolvesse com sua secretaria de educação. Desta forma, caberia aos Estados e municípios brasileiros desenvolverem seus próprios projetos para construir os Cieds.

É possível notar que há um forte envolvimento governamental em torno da informatização da nação e da educação desde a década de 1970. Muito atrelada à produção e soberania nacional, as pesquisas desenvolvidas buscam capacitar os professores de forma que sua didática contribua com a formação técnica e profissional do país, denotando assim, uma formação didática e pedagógica em torno das TIC ainda fortemente atrelada ao modelo político-militar de autonomia econômica.

Após duas décadas de discussões e pesquisas, surge o Programa Nacional de Informática (PRONINFE), que entrou em vigor a partir do ano de 1989. O programa propunha a utilização da informática nos ensinos de 1º, 2º e 3º graus, além de ser incluído também na educação especial. Tinha como intenção subsidiar a infraestrutura dos centros informatizados das escolas e de pesquisas em torno da informática, bem como promover cursos de capacitação contínua de professores. É a partir do PROINFE que se destacará como foi a informatização e formação didática e pedagógica em torno das TIC em Sergipe.

2.2 O Uso de TIC nas Escolas e Formação de Professores em Sergipe

A primeira tecnologia de informação proposta para a educação em Sergipe advém com o projeto Vídeo Escola. O projeto trabalhou o uso da mídia televisiva como recurso pedagógico. De 1989 a 1996, ele possibilitou a formação de

professores, criou oficinas e suscitou um novo olhar sobre educação e comunicação. (BARROSO, 2011; LINHARES, 2007). No decorrer dos anos do projeto Vídeo Escola, Sergipe se envolve com outro projeto a partir de 1992 – Um Salto para o Futuro. O programa tinha como meta atualizar os professores das quatro primeiras séries do ensino fundamental e os alunos do último ano do curso de formação de professores. As aulas ocorriam via satélite, em canal aberto.

Após o término do projeto Vídeo Escola, o Estado continua com a caminhada da informatização. Através da implementação do projeto Inovações Pedagógicas, ocorreu três ações educativas ligadas ao ensino fundamental: Diário de classe – programas gravados em VHS de autoria de jornalistas e especialistas sergipanos de várias áreas, com o intuito de atender aos interesses curriculares das escolas sergipanas; Salas de Cultura e Arte e Ações Educativas (1997-1999) – trabalhava novas perspectivas para o ensino de arte em Sergipe; Alfabetização com o uso de Multimídia (1997-1999) – projeto experimental no uso de TIC que tinha como metas integrar computadores, televisão, jornais, rádios, livros no procedimento metodológico de aulas, foi o primeiro programa de multimídia produzido pelo próprio Estado para o uso de TIC. E em 2005 entra em vigor o Rádio Educação de Sergipe, projeto com objetivos de implantar a rádio escola e capacitar professores para melhor uso de rádios em escolas, além de suscitar projetos pedagógicos que envolvessem o rádio. (BARROSO, 2011).

É possível destacar que os programas voltados ao uso de TIC e formação de professores em Sergipe são reflexos das políticas públicas nacionais, principalmente aquelas desenvolvidas através do PRONINFE e consequentemente PROINFO. Por meio destes programas a informatização das escolas começa a se espalhar de forma mais contundente, através da construção de Centros de Informática Educativa (CIEB) e consequentemente, os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), geridos no período do PROINFO, permitiram a alocação de um espaço de formação continuada para professores.

De forma geral, a informatização no Brasil apresenta nitidamente dois momentos: primeiro, a busca de bases científicas para o uso das TIC na educação, visando à profissionalização e a autonomia nacional. Ou seja, a informatização estava inserida nos planos político-econômicos do período militar. Após 1986, a informatização passa a trilhar um percurso voltado para a distribuição de polos técnico-formativos. Desta forma, os estudos e pesquisas desenvolvidos desde a década de 1970, começam a ter uma aplicabilidade maior nas políticas de estruturação das escolas e formação profissional dos docentes. Essa segunda onda informacional cria possibilidades maiores de articulação entre governos federais e estaduais e possibilita uma maior autonomia na construção do espaço informatizado pelos Estados.

No quadro nacional e sergipano é possível constatar que se deram passos importantes ao problema do “analfabetismo digital”, tanto por parte de alunos, como por parte dos docentes. Avançou-se contra a exclusão digital. Mas, enquanto as competências requeridas pelo mundo em redes? Realmente avançou-se? Ao instrumentalizar a escola com as TIC estar-se contribuindo com competências para o aluno lidar com seu dia a dia invadido pelas interfaces midiáticas? E os cursos formativos desenvolvidos para os professores, realmente complementam sua formação? Essas questões apresentam-se aos observadores dos rumos da educação atual porque há duas situações presentes neste quadro educacional contemporâneo: a instrumentalização e o desenvolvimento de competências. O primeiro diz respeito ao processo de habilitação do uso de TIC por professores já formados ou em processo de formação, que não tiveram em sua licenciatura esta oportunidade. O segundo refere-se ao duplo processo de habilitação e potencialização das TIC como ferramentas didáticas e pedagógicas. Este último, muito discutido, é verdade, mas pouco efetivado. Ao conversar com colegas de profissão, poucos são os que se veem motivados para utilizar as TIC como ferramentas didáticas e pedagógicas, e há ainda os que reforçam os debates entre formas “tradicionais” e “modernas” de ensino e aprendizagem.

Qual seria o fulcro desse embate entre tradicional e moderno? O desconhecimento? O medo? A falta de prática? A preguiça mental? A desmotivação enfrentada cotidianamente na profissão por questões salariais e do próprio labor da profissão? Por que em meio a tantos incentivos, a informática na educação ainda encontra tantas barreiras? Lógico que muitas são as questões que envolvem o tema da apreensão de competências para inovar as formas pedagógicas e didáticas. Mas uma observação se faz importante: as propostas de uso das TIC no ambiente educacional foram tratadas de forma pioneira pelas universidades. No entanto, os investimentos de capacitação são destinados a professores já formados. Há uma desarticulação entre a inserção de TIC e a formação de licenciados. Pensando nisto, buscar-se-á observar a oferta acadêmica dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Sergipe, a fim de caracterizar como está a formação didática e pedagógica destes cursos em relação às TIC.

3. As TIC como disciplinas nos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Sergipe

Observou-se a grade curricular de nove cursos de licenciatura ofertados pela Universidade Federal de Sergipe, com o objetivo de perceber se os licenciados possuem em sua formação disciplinas voltadas para o uso didático e pedagógico das TIC. Dentre os cursos consultados, estão: Ciência da Religião, Ciências Sociais, Dança, Educação, Filosofia,

Geografia, História, Letras, Música. Do material disponibilizado pelo site dos respectivos cursos, está acessível apenas o projeto político-pedagógico do curso de História.

Apesar de não se encontrar os projetos políticos-pedagógicos de todos os cursos, para poder aprofundar a observação em torno da presença ou não de disciplinas voltadas para o uso em sala de aula de Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC), entendeu-se que a presença ou não de disciplinas voltadas para as TIC seria um importante indicativo para se entender como se encontrar a cultura formativa desses licenciados.

No curso de **Ciência da Religião** encontrou-se na grade curricular uma disciplina denominada **Novas Tecnologias e o Ensino Religioso**. A referida disciplina encontra-se sem ementa. No curso de **Ciências Sociais**, a disciplina **Gestão da Informação** voltada para NTIC não está relacionada a educação, mas sim a gerenciamento informacional. Há uma sucinta ementa que trata justamente do enfoque da disciplina, voltado exclusivamente para o gerenciamento estratégico da informação nas organizações. Em **Dança, Novas Tecnologias e o Ensino de Dança** é a disciplina que lida com NTIC, mas não há ementa da disciplina. No curso de **Filosofia**, existem duas disciplinas: a) **Informática Básica e Educação à Distância**, voltada a elementos básicos da computação e ensino à distância e; b) **Educação e Tecnologias da Informação e da Comunicação**, essa voltada para linguagens e processos pedagógicos de domínios das TIC e o quadro geral das pesquisas sobre TICS.

O curso de **Geografia** possui a disciplina **Novas Tecnologias para o Ensino da Geografia**, disciplina que ressalta a importância da mídia na educação, no ensino fundamental e médio e propõe ao aluno o uso e produção de softwares para o ensino de Geografia. Porém, a disciplina se encontra apenas no pólo de Itabaiana. No ensino à distância e em São Cristóvão não há disciplinas para NTIC. **História**, assim como Filosofia, possui disciplinas voltadas a TIC, mas que são ofertadas pelo curso de Educação – **Educação e Tecnologias da Informação e da Comunicação**. O curso de **Educação** possui a disciplina **Educação e Tecnologias da Informação e da Comunicação**. Esta mesma disciplina é ofertada a outros cursos como disciplina optativa.

O curso de **Letras** possui duas disciplinas, a) **As novas Tecnologias na Análise e Elaboração de materiais Didáticos de ELE** e b) **Tecnologias no ensino da Língua inglesa com ementa**. Das disciplinas observadas nos cursos, estas são as que estão mais ambientadas ao próprio curso. Em suas ementas pode-se constatar que há um imbricamento entre procedimentos didáticos e pedagógicos, propostas de conteúdos inerentes ao curso e elementos do universo computacional. O curso de **Música** não possui disciplinas.

Dos cursos e disciplinas destacados apreende-se o seguinte: Letras e Geografia são os cursos que apresentam uma abordagem que se preocupa em subsidiar ao futuro licenciado o manuseio de ferramentas da informática de forma a possibilitá-lo reconhecer potenciais que o levem a articular seus conhecimentos específicos com as TIC. Apesar da possibilidade de pesquisas e uso de recursos tecnológicos para diversificar o ensino da música, o licenciado em Música não possui uma disciplina que o ajude a amplificar processos cognitivos que a música pode potencializar nos alunos via TIC.

O curso de História, Filosofia e Educação possuem a mesma disciplina. Portanto, no curso de História não há uma preocupação em ofertar ao aluno uma disciplina que discuta as TIC com os conhecimentos específicos do curso, como acontece com Letras e Geografia. Ciências da Religião e Dança possuem disciplinas sem ementas. Ou elas ainda não chegaram a ser efetivadas no curso, ou o corpo docente do curso ainda não discutiu propostas de como viabilizar a disciplina. Portanto, a disciplina permanece como uma incógnita. O Curso de Ciências Sociais possui uma disciplina que desenvolve abordagem sobre TIC, mas esta não traz em sua ementa elementos relacionados à educação. Desta forma, não é possível precisar se o curso de licenciatura possui disciplinas voltadas para as NTIC.

4. Considerações Finais

A atuação docente no mundo em redes é um assunto bastante discutido e alvo de discussões no Brasil. Pelo exposto nas linhas acima, desde a década de 1970 que o Brasil vem trabalhando as possibilidades destes artefatos tecnológicos que comportam informação e comunicação, seja para responder a demandas sociopolíticas e econômicas, ou para possibilitar inovações pedagógicas. Através de órgãos e subsídios conveniados, foi possível estruturar escolas e construir centros informatizados para ações educativas no que tange a inserção digital de alunos, bem como a formação continuada de professores.

No panorama geral, as respostas governamentais centraram-se mais na formação continuada do que propriamente na formação inicial dos professores. Nestas três décadas em que vivenciamos a informatização da educação, o país viveu mais a instrumentalização de setores. Há cursos formativos, cursos de capacitação, mas na sua maioria, são cursos que surgem na vida do professor após sua licenciatura.

Ao falar de novas competências Perrenoud (2000) nos alerta sobre o a possibilidade que os computadores

trazem enquanto recursos didáticos e pedagógicos: imagens diretivas, a possibilidade de trabalhar textos de várias formas, potencialização da cognição ao se trabalhar com pesquisa e hipertextos na *web*, recursos em terceira dimensão entre outros, são todos elementos que podem dar carne e osso ao material didático estático. Não é a ruptura total com este material. Na verdade, é um alerta a possibilidade de compreender que vivemos em um momento onde as pessoas, no seu contexto cotidiano, já lidam com todos estes elementos. Ora, a exclusão digital não é mais um problema que nos assola. Com a massificação de produtos eletrônicos que envolvem todos os recursos de um computador, porque não potencializar o já vivido e reinventá-lo para fins educacionais/cognitivos?

Por isso, os cursos de licenciatura deveriam se apoderar de todo o material de pesquisa destas três décadas e repensar suas disciplinas ou incluir mais disciplinas voltadas para a formação didática e pedagógica destes novos licenciados. Por exemplo, nenhuma disciplina que envolve o estágio supervisionado tem uma relação que envolve estágio com o uso de TIC e nem o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência tem em suas diretrizes esta articulação. Se as relações sociais exigem uma formação com NTIC, que esta acompanhe o licenciado desde suas primeiras formações. Ao está preparado desde seus primeiros passos, o docente não se encontrará tão desorientado em sua escola e pode ser um incentivador e inovador do uso didático e pedagógico das NTIC.

Referências Bibliográficas

Andrade, Pedro Pereira de.; Albuquerque Lima, M.C.M. **Projeto EDUCOM**. Brasília: MEC/OEA, 1993.

BARROSO, Rita de Cássia Amorim. **PROINFO em Sergipe e a Política Estadual de Inserção das TIC na Educação: Um olhar a partir da gestão e formação de professores nos NTE de Lagarto e Aracaju**. Aracaju, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Brasil. **LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 6. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

CASTELL, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia – saberes necessários a prática educativa*. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARIA, Cândida Moraes. *Informática Educativa no Brasil: uma história vivida, algumas lições aprendidas*. IN. **Revista Brasileira de Informática na Educação – Número 1 – 1997**

Nascimento, João Kerginaldo Firmino do. **Informática Aplicada à Educação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

PERRENOUD, Philippe. **10 Novas Competências para Ensinar – convite à viagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol1. 4 ed. Brasília: Editora da universidade de Brasília, 2012

1 Linguagem de programação interpretada geralmente usada para fins de capacitação cognitiva por crianças, jovens e adultos.

Mestre em Sociologia UFS (2009-2011). Doutorando em Sociologia (PPGS/UFS). Tutor à Distância do Curso de Especialização em Ensino de Sociologia no Ensino Médio (CESAD/UFS). E-mail: jcdreamer@gmail.com

Mestra em Sociologia pelo Núcleo de Pós-Graduação em Sociologia UFS (2009- 2011). Professora do Núcleo de Ciência da Informação (NUCI) da UFS. Professora do Curso de Formação do CESAD - SE. E-mail: gleysefpe@gmail.com

Nascida em 28 de janeiro de 1966, brasileira, paulistana, casada desde 1993. Possui Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de São Paulo (1990). Defendeu a dissertação de Mestrado “Por uma epistemologia da Educomunicação” em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2002) e a tese de Doutorado “O potencial das Histórias em Quadrinhos na formação de leitores” em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (2008). Docente do Magistério Superior na Universidade Federal de Sergipe (UFS) desde abril de 2009. Endereço para acessar o Currículo Lattes de Valéria Aparecida Bari: <<http://lattes.cnpq.br/0106962520738975>>. Endereço para acessar a tese de Doutorado de Valéria Aparecida Bari: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-27042009-121512/>>. Email: valbari@gmail.com

Recebido em: 05/07/2015

Aprovado em: 17/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Chartort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: